Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.17, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E VIOLÊNCIA ESCOLAR

TEACHERS' MENTAL HEALTH AND SCHOOL VIOLENCE

Bianca James Sousa Gomes
Especialista em Gestão, Coordenação e Supervisão Educacional, Faculdade de Educação São Luís, Brasil.
E-mail: biancajamessg@hotmail.com

Flávia Eugênia da Silva
Mestranda em Ciências da Educação, Faculdades Celer, Brasil.
E-mail: flaviaeugenia0577@gmail.com

Luzineide de Souza James
Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial, Faculdade Famart, Brasil.
E-mail: luzineidejames05@gmail.com

Recebido: 01/09/2025 – Aceito: 15/09/2025

Resumo

O presente estudo investigou a relação entre a violência escolar e a saúde mental dos professores, tema de crescente relevância nas discussões educacionais e de saúde pública. Partiu-se do pressuposto de que a intensificação das demandas laborais e as situações de violência no ambiente escolar comprometem significativamente o bem-estar docente, com repercussões diretas no exercício profissional e na qualidade da educação. Para tanto, foi adotada uma abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos. Os dados foram coletados por meio de questionários estruturados, aplicados a 103 professores de diferentes contextos educacionais, de forma voluntária e anônima. A análise quantitativa identificou padrões e correlações entre episódios de violência e indicadores de estresse, ansiedade e desgaste emocional, enquanto a análise qualitativa de literatura especializada possibilitou a contextualização dos achados. Os resultados revelam um cenário preocupante, 83,5% dos docentes relataram já ter sofrido ou presenciado algum tipo de violência escolar, sendo a agressão verbal a mais recorrente (80%). Ademais, 48,5% declararam sentir-se frequentemente sobrecarregados e 37,9% afirmaram vivenciar sobrecarga de modo permanente, evidenciando um quadro compatível com a síndrome de burnout. Entre os principais fatores de adoecimento, destacam-se excesso de burocracia, indisciplina em sala de aula e pressão por resultados. A pesquisa também constatou a insuficiência de apoio institucional, uma vez que 84,5% dos professores nunca receberam suporte voltado à saúde mental, e metade dos que receberam consideraram-no ineficaz. Conclui-se que a violência escolar impacta profundamente a saúde mental dos docentes, fragilizando sua motivação e permanência na profissão. Entretanto, medidas como a valorização profissional, a presença de equipes multidisciplinares e o fortalecimento do vínculo escola-família surgem como caminhos possíveis para promover o bem-estar docente e mitigar os efeitos da violência no ambiente escolar.

Palavras-chave: Saúde mental; Professores; Violência escolar; Burnout; Políticas educacionais.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.17, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Abstract

The present study investigated the relationship between school violence and teachers' mental health, a topic of growing relevance in contemporary discussions on education and public health. It was based on the assumption that the intensification of work demands and situations of violence in the school environment significantly compromise teachers' well-being, with direct repercussions on professional performance and the quality of education. To this end, a mixed-methods approach was adopted, integrating both quantitative and qualitative methods. Data were collected through structured questionnaires, applied voluntarily and anonymously to 103 teachers from different educational contexts. The quantitative analysis identified patterns and correlations between episodes of violence and indicators of stress, anxiety, and emotional exhaustion, while the qualitative analysis of specialized literature provided contextualization of the findings. The results reveal a concerning scenario: 83.5% of teachers reported having suffered or witnessed some form of school violence, with verbal aggression being the most frequent (80%). Moreover, 48.5% declared feeling frequently overwhelmed, and 37.9% stated they experienced overload on a permanent basis, indicating a condition consistent with burnout syndrome. Among the main contributing factors to illness, bureaucracy, classroom indiscipline, and pressure for results stand out. The study also identified insufficient institutional support, as 84.5% of teachers reported never receiving any mental health assistance, and half of those who did considered it ineffective. It is concluded that school violence profoundly affects teachers' mental health, undermining their motivation and permanence in the profession. However, measures such as professional appreciation, the presence of multidisciplinary teams, and the strengthening of the school–family relationship emerge as possible pathways to promote teachers' well-being and mitigate the effects of violence in the school environment.

Keywords: Mental health; Teachers; School violence; Burnout; Educational policies.

1. Introdução

A saúde mental dos professores tem se consolidado como um tema central nas discussões educacionais contemporâneas, sobretudo diante do agravamento de condições de trabalho que afetam diretamente sua qualidade de vida e seu desempenho profissional. Pesquisas revelam que docentes estão entre os profissionais mais suscetíveis ao estresse ocupacional, à síndrome de burnout e a quadros de depressão e ansiedade (MASLACH; JACKSON, 1981; CARLOTTO; CÂMARA, 2007).

No Brasil, esse cenário é ainda mais preocupante, uma vez que a sobrecarga de funções, a violência escolar e as demandas burocráticas têm contribuído para a intensificação do esgotamento físico e emocional. Compreender

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

a saúde mental docente, portanto, exige reconhecer que, para além das condições objetivas de trabalho, há também um peso cultural e histórico na profissão, historicamente associada a ideais de abnegação e vocação, que muitas vezes legitimam e naturalizam o sofrimento no exercício da docência (SOUZA; PAIVA, 2021).

A violência escolar emerge como um dos fatores mais deteriorantes para o equilíbrio emocional e o desempenho profissional dos docentes, interferindo não apenas em sua prática pedagógica, mas também em sua percepção de segurança e pertencimento ao espaço escolar. A experiência reiterada de agressões verbais, físicas ou simbólicas mina a autoestima e a motivação do professor, produzindo um ambiente de trabalho marcado pelo medo e pela insegurança, que tende a comprometer tanto a qualidade do ensino quanto as relações interpessoais. Esse cenário gera um ciclo perverso e complexo, visto que, ao mesmo tempo em que a violência fragiliza a saúde mental dos educadores, ela também reduz sua capacidade de gerir conflitos e manter a autoridade em sala de aula, criando condições para a intensificação das tensões. Em consequência, o docente passa a carregar, de forma quase invisível, um fardo emocional que se estende para além dos muros da escola, alcançando sua vida pessoal e corroendo, gradualmente, o sentido de realização na profissão.

A Investigação quanto a relação entre saúde mental docente e violência escolar revela-se de extrema relevância social e acadêmica, uma vez que pode influenciar diretamente na compreensão de três esferas interdependentes e de grande relevância, a educação, a saúde pública e as políticas educacionais. No campo educacional, compreender como o sofrimento psíquico impacta a prática pedagógica permite delinear estratégias de formação e apoio que favoreçam ambientes de aprendizagem mais saudáveis e produtivos. Do ponto de vista da saúde pública, trata-se de reconhecer que o adoecimento dos professores não é um problema individual, mas coletivo, cujas repercussões alcançam estudantes, famílias e comunidades, ampliando os custos sociais e econômicos relacionados a afastamentos e à queda de qualidade no ensino. Já no âmbito das políticas educacionais, o tema desafia gestores a formular diretrizes que considerem o bem-estar docente como eixo estruturante da qualidade da educação, deslocando o

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

debate da responsabilização individual para a construção de condições institucionais de proteção e cuidado (CARLOTTO; CÂMARA, 2007; WHO, 2020).

Apesar do crescente interesse pelo tema, ainda existem lacunas significativas em estudos aplicados que articulem saúde mental docente e violência escolar de forma contextualizada, sobretudo no cenário brasileiro. A maior parte das pesquisas privilegia análises gerais ou comparativas, deixando em segundo plano a compreensão das dinâmicas locais e das especificidades socioculturais que moldam a experiência dos professores. Assim, investigar essa realidade torna-se fundamental não apenas para preencher um vazio acadêmico, mas também para subsidiar intervenções concretas que respondam às demandas reais das escolas e comunidades onde esses profissionais atuam (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar de que modo a violência escolar impacta a saúde mental dos professores, buscando compreender suas repercussões no exercício da docência e identificar caminhos que subsidiem práticas de cuidado e políticas educacionais voltadas à valorização do trabalho docente.

2. Revisão da Literatura

2.1 Saúde mental dos professores

O estresse docente constitui-se como uma das manifestações mais recorrentes no debate acerca da saúde mental dos professores, estando associado tanto a fatores intrínsecos ao processo pedagógico quanto às condições estruturais da escola. Kyriacou (2001) já apontava o estresse como “uma resposta negativa do professor a pressões internas e externas que ameaçam seu equilíbrio” (p. 28), definindo-o não como um evento isolado, mas como um processo contínuo, permeado por tensões que se acumulam ao longo da carreira.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes indicam que a sobrecarga de trabalho, aliada à falta de recursos pedagógicos e ao aumento da indisciplina, intensifica essa experiência, comprometendo a capacidade de planejamento e de inovação didática (SOUZA; PAIVA, 2021). Dessa forma, o estresse docente

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

ultrapassa a dimensão individual e se torna um indicador das fragilidades do próprio sistema educacional.

Entre as consequências mais visíveis do estresse crônico está a síndrome de burnout, descrita por Maslach e Jackson (1981) como “um estado de exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal” (p. 101). O burnout, hoje reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como fenômeno ocupacional, tem apresentado prevalência preocupante entre professores, sobretudo da educação básica, que lidam diariamente com grandes turmas, baixos salários e exigências administrativas (WHO, 2019).

No Brasil, estudos como o de Carlotto e Câmara (2006) revelam que os sintomas de esgotamento atingem níveis alarmantes, refletindo-se em absenteísmo, afastamentos médicos e perda da motivação pela docência. Essa condição, ao se cronificar, não apenas afeta a saúde mental dos profissionais, mas fragiliza a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, gerando impactos sociais de largo alcance.

Outro ponto crítico diz respeito à depressão, que vem sendo identificada como uma das doenças silenciosas que atravessam a prática docente. Segundo Esteve (1999), o “mal-estar docente” se traduz em uma sensação de inutilidade e desencanto que mina progressivamente o sentido do trabalho pedagógico. Em consonância a ideia do autor, vale ressaltar que a precarização das condições de trabalho, somada à violência escolar, amplia a vulnerabilidade dos professores a quadros depressivos. De acordo com Conceição (2023) há relatos de que a sensação de isolamento dentro da própria instituição escolar e a falta de apoio institucional contribuem para o agravamento desse cenário, tornando a depressão não apenas um problema individual, mas também coletivo, que se inscreve nas estruturas organizacionais da escola.

A ansiedade e outros transtornos relacionados à docência configuram um campo emergente de investigação, especialmente em tempos de intensificação tecnológica e de pressões por resultados. A OMS destaca que transtornos ansiosos são hoje uma das principais causas de afastamento laboral em várias categorias profissionais, incluindo professores. Em muitos casos, tais transtornos se manifestam de forma concomitante com insônia, irritabilidade, dificuldades de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

concentração e até sintomas psicossomáticos, configurando um quadro multifatorial de adoecimento (WHO, 2020). Nesse sentido, a saúde mental docente deve ser compreendida como um fenômeno complexo, atravessado por determinantes individuais, institucionais e sociopolíticos, exigindo políticas integradas que articulem formação continuada, suporte psicológico e melhores condições de trabalho (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

A relação entre condições de trabalho e saúde psíquica docente tem sido objeto de atenção desde estudos clássicos, que já denunciavam o peso das exigências laborais na experiência do professor. Esteve (1999), ao formular a noção de “mal-estar docente”, destacou que a precariedade estrutural da escola, aliada à crescente complexidade das demandas pedagógicas, gerava um ambiente hostil à realização profissional. Para o autor, “a profissão docente passou de uma atividade socialmente prestigiada a uma ocupação marcada pela frustração e pelo desencanto” (ESTEVE, 1999, p. 42). Essa leitura pioneira permitiu abrir caminho para análises que situam o adoecimento docente não apenas em fatores individuais, mas em processos históricos e institucionais que moldam a prática educativa.

Pesquisas mais recentes confirmam e ampliam esse diagnóstico, evidenciando que a intensificação do trabalho e a polivalência exigida dos professores acentuam riscos à saúde mental. Assunção e Oliveira (2009) observam que o aumento das tarefas burocráticas, a pressão por resultados e a redução de autonomia pedagógica intensificam o desgaste psíquico, configurando um cenário de sobrecarga que ultrapassa a sala de aula. O trabalho do professor é atravessado por exigências múltiplas e contraditórias, que frequentemente o colocam diante da impossibilidade de atender a todas as demandas. Essa constatação revela que o sofrimento docente não decorre apenas do contato direto com os alunos, mas de uma engrenagem administrativa e política que transforma a docência em atividade quase ininterrupta, esvaziando o tempo de descanso e de reflexão crítica.

No contexto atual, marcado por mudanças rápidas e instabilidade social, estudos internacionais e nacionais têm apontado para o agravamento das condições de trabalho como fator central no adoecimento psíquico. A OMS (2020)

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

destaca que transtornos como ansiedade e depressão estão cada vez mais associados à precarização laboral, afetando particularmente profissionais da educação básica. No Brasil, Leite & Souza (2011) reforçam essa perspectiva ao mostrar que a sobrecarga de funções e a ausência de suporte institucional produzem níveis preocupantes de esgotamento entre professores. Esses achados confirmam que compreender a saúde mental docente implica situá-la no cruzamento entre políticas educacionais, condições de trabalho e dinâmicas sociais mais amplas, sob pena de reduzir um problema estrutural a uma responsabilidade meramente individual.

2.2 Violência escolar e seus desdobramentos

A compreensão da violência escolar transcende um olhar reducionista que a identifique apenas como agressão física. Estudos clássicos como os de Silva (2001) já alertava que a violência no espaço escolar é um fenômeno multifacetado, que se manifesta tanto em comportamentos de indisciplina quanto em práticas simbólicas de exclusão. Mais recentemente, Abramovay (2021) reforça que a violência escolar não deve ser entendida como um acontecimento isolado, mas como expressão de tensões sociais mais amplas que atravessam o cotidiano pedagógico. Assim, falar em violência escolar é, em certa medida, reconhecer o modo como a escola se torna palco de conflitos que refletem desigualdades históricas.

A indisciplina, muitas vezes banalizada como simples “falta de respeito” ou quebra de regras, constitui-se como uma das faces mais visíveis da violência escolar. Para Estrela (2002), a indisciplina é um fenômeno relacional, ligado à construção das normas e da autoridade no espaço educativo. Nesse sentido, a resistência estudantil pode ser tanto expressão de autonomia quanto sintoma de conflitos mal mediados. Estudos mais recentes, como o de Dal’Ben e Silva (2021), mostram que a indisciplina recorrente atua como fator estressor na saúde mental docente, contribuindo para desgaste emocional e sensação de impotência, ampliando assim a percepção de vulnerabilidade no espaço escolar.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Outro aspecto recorrente na literatura é o bullying, caracterizado pela repetição sistemática de comportamentos agressivos, verbais ou físicos, entre pares. Olweus (1993), pioneiro nesse campo, definiu o bullying como uma forma de vitimização intencional e contínua, que se diferencia de outras agressões pela persistência e desequilíbrio de poder entre vítima e agressor. Hoje, autores como Mansur e Portugal (2025) enfatizam que o que o bullying escolar impacta significativamente a saúde mental de todos os envolvidos, gerando uma ampla gama de emoções e sentimentos negativos, assim como contribuindo para o surgimento e/ou agravamento de diversos transtornos mentais. Eles igualmente demonstraram que o bullying deve ser investigado e prevenido não somente no contexto escolar, mas também no ambiente familiar.

A violência física, embora mais facilmente identificável, é apenas a ponta do iceberg. Envolve agressões corporais, destruição de materiais ou intimidação explícita. No entanto, a literatura alerta para a necessidade de compreender também as violências menos visíveis, como a psicológica. Essa se manifesta por meio de humilhações, insultos e ameaças, que corroem silenciosamente a autoestima dos sujeitos. Segundo Debarbieux (2006, p. 44), “as microviolências, pela sua repetição cotidiana, produzem efeitos devastadores sobre a confiança e a motivação para aprender”.

A violência simbólica, conceito elaborado por Bourdieu (1998), revela a dimensão mais sutil e perversa dessas práticas: ela se expressa na imposição cultural e na legitimação de desigualdades. No contexto escolar, pode aparecer no silenciamento de determinados grupos, na desvalorização de saberes populares ou no tratamento desigual entre estudantes. Para Machado (2024), esse tipo de violência é particularmente insidioso porque se confunde com a própria estrutura da escola, naturalizando exclusões que afetam sobretudo sujeitos já vulnerabilizados. A análise desse conjunto de manifestações demonstra que a violência escolar não é apenas problema disciplinar, mas questão social e política, com efeitos diretos sobre a saúde mental docente.

Estudos evidenciam que comportamentos agressivos por parte dos alunos sejam verbais ou físicos, estão fortemente correlacionados ao esgotamento profissional (burnout) entre docentes. U estudo realizado por Winding et al. (2022),

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

ao qual objetivou investigar a associação entre o comportamento agressivo de alunos e o burnout entre professores dinamarqueses do ensino fundamental e médio em uma escola localizada na Dinamarca, concluiram que “comportamento agressivo em alunos aumenta o risco de burnout” entre os professores, sendo o respaldo social e o suporte no ambiente de trabalho fatores moduladores dessa associação.

Em uma contextualização para o cenário brasileiro, o estudo de Simone e Cardoso (2021) que objetivou investigar o burnout em professores e sua associação com fatores ocupacionais, incluindo violência em diferentes regiões do estado de São Paulo, evidenciaram que 60% dos docentes que apresentaram burnout grave haviam sofrido violência escolar no ano anterior ($p < 0,001$), destacando o peso dessa variável na piora da saúde mental. Tais evidências ressaltam como a indisciplina e outras formas de agressão comprometem gravemente o bem-estar emocional dos professores, abalada a autoridade e dificultada a condução de um ambiente educativo saudável.

A literatura situada no campo da psicologia positiva aponta que, mesmo diante da violência escolar, é possível cultivar bem-estar docente por meio de relações interpessoais saudáveis. Cordova et al (2019), ao conduzir um estudo na Itália, com 475 professores do ensino fundamental e médio, revela que liderança de apoio e bons relacionamentos com colegas podem ser considerados recursos valiosos para promover o bem-estar entre os professores expostos a comportamentos agressivos. Essa perspectiva analítica mostra que a sustentação de redes de apoio no ambiente escolar pode amortecer os efeitos deletérios da violência sobre a saúde mental docente, preservando o senso de segurança, pertencimento e autoridade profissional.

Outro estudo recente incorpora uma abordagem mais sensível à realidade do professor como vítima de violência em sala de aula. Choi et al. (2024), em seu estudo buscando analisar os efeitos da vitimização aluno-professor sobre as percepções dos professores em relação ao ambiente de trabalho e seu bem-estar, focando especificamente em como tais experiências influenciam a negligência do professor, o comprometimento e o orgulho profissional, aponta que episódios de vitimização por parte de alunos desencadeiam emoções negativas como raiva,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

ansiedade, culpa e tristeza. Em contextos específicos, foram relatados níveis elevados de sofrimento emocional, 62% das vítimas de comportamento agressivo sem contato e 70% das vítimas de ameaças verbais relataram sofrimento emocional. Essas vivências perturbadoras corroem a imagem de segurança e autoridade do professor, contribuindo para maior absenteísmo, desejo de abandono da profissão e deterioração das práticas pedagógicas.

Os resultados acima convergem para uma compreensão nua e crua: a violência escolar, seja manifestada como indisciplina rotineira, ameaças verbais ou mais severa vitimização física ou psicológica, compromete profundamente o ambiente educativo e mina a autoridade docente. Além dos efeitos emocionais evidentes, burnout, ansiedade, tristeza, esses episódios impactam também o compromisso com a prática pedagógica, a permanência na profissão e a qualidade relacional em sala de aula. Todavia, o fortalecimento de relações de suporte e liderança pode atuar como mecanismo de resiliência, evitando que o docente seja dilacerado emocionalmente e eficazmente deslegitimado.

2.3 Relação entre saúde mental e violência escolar

A relação entre agressões sofridas pelos professores e o surgimento de sintomas emocionais adversos, como ansiedade e depressão, tem sido amplamente documentada na literatura científica contemporânea. Estudos empíricos evidenciam que episódios de violência escolar, incluindo agressões físicas e verbais perpetradas por alunos ou seus responsáveis, estão significativamente associados ao aumento de sintomas de ansiedade e depressão entre os docentes. Ribeiro et al. (2023), ao avaliar a associação da saúde mental com fatores do ambiente de trabalho com 499 professores brasileiros, revelou que aqueles que relataram ter sofrido violência escolar apresentaram escores significativamente maiores de ansiedade e depressão, em comparação com os que não relataram tais experiências.

Além disso, a violência psicológica, caracterizada por humilhações, indiferença e rejeição por parte dos alunos ou da comunidade escolar, também tem sido identificada como um fator de risco significativo para o adoecimento emocional

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

dos professores. Estudo qualitativo realizado em uma escola pública brasileira revelou que ações de violência psicológica, como rejeição e humilhação, contribuíram para o sofrimento emocional das docentes, afetando sua autoestima e percepção de eficácia profissional (FERRAZ; RISTUM, 2012).

A violência escolar não deve ser sintetizada apenas como um problema comportamental dos alunos, mas também como um fator de risco significativo para a saúde mental dos professores. Portanto, é imperativo que políticas educacionais e intervenções institucionais abordem a violência escolar de forma abrangente, incluindo estratégias de prevenção e apoio psicológico para os docentes, a fim de mitigar os impactos negativos sobre sua saúde emocional e, consequentemente, sobre a qualidade do ambiente educativo (SILVA, 2023).

Para Costa (2024) a violência escolar, em suas diversas manifestações física, psicológica e simbólica tem se consolidado como um fator de risco significativo para a saúde mental dos professores, impactando diretamente sua qualidade de vida e desempenho profissional. Estudos recentes evidenciam que docentes expostos a agressões no ambiente escolar apresentam níveis elevados de estresse, ansiedade e sintomas depressivos, condições que comprometem sua capacidade de ensino e bem-estar geral.

Além dos sintomas emocionais, a violência escolar também está associada ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout entre os docentes. Essa síndrome, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e sensação de baixa realização pessoal, tem sido observada com frequência em professores que enfrentam ambientes escolares violentos. A exposição contínua a comportamentos agressivos por parte de alunos ou colegas de trabalho pode levar ao esgotamento emocional, afetando negativamente a qualidade do trabalho docente (COSTA, 2024).

A qualidade de vida dos professores também sofre consideráveis prejuízos em contextos de violência escolar. Pesquisas apontam que docentes que vivenciam agressões no ambiente escolar apresentam menor satisfação com a vida, dificuldades de sono e comprometimento com a profissão. Esses fatores não apenas afetam o desempenho profissional, mas também contribuem para o afastamento do trabalho e a busca por outras ocupações. A falta de suporte

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

institucional e políticas eficazes de enfrentamento da violência escolar agrava ainda mais esse cenário, tornando essencial a implementação de estratégias de prevenção e apoio psicológico para os docentes (FERNANDES; SILVA, 2023).

3. Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de compreender de maneira abrangente a relação entre a violência escolar e a saúde mental dos professores. Essa estratégia metodológica permitiu não apenas identificar padrões estatísticos sobre a incidência de episódios de violência, mas também captar nuances das experiências subjetivas dos docentes, alinhando-se à perspectiva de Creswell (2014) sobre a complementaridade entre abordagens numéricas e interpretativas.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário estruturado disponibilizado por meio da plataforma Google Forms. O instrumento permaneceu acessível por dez dias, permitindo que os participantes respondessem de forma voluntária e anônima, assegurando a confidencialidade e preservação de suas identidades. A divulgação ocorreu por grupos de *WhatsApp* e mídias sociais, estratégia que favoreceu o alcance de professores de diferentes localidades e contextos, refletindo a heterogeneidade do ambiente educacional brasileiro. Participaram do estudo 103 professores, fornecendo dados quantitativos, como frequência de episódios de violência e indicadores de sintomas emocionais.

O tratamento dos dados respeitou a natureza mista da pesquisa. As respostas quantitativas foram analisadas por meio de técnicas descritivas e comparativas, permitindo identificar tendências centrais e correlações entre a vivência de violência e indicadores de saúde mental, incluindo estresse, ansiedade e desgaste profissional. A abordagem qualitativa do estudo foi direcionada ao levantamento e análise de material literário, incluindo artigos científicos, livros e estudos prévios, com o objetivo de discutir e contextualizar os achados quantitativos. Essa análise permitiu comparar os dados obtidos com evidências já consolidadas, oferecendo interpretações mais amplas sobre os efeitos da violência

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

escolar na saúde mental docente. O tratamento dos dados quantitativos foi realizado por meio de análises descritivas e comparativas, enquanto a revisão literária foi organizada de forma temática, destacando os principais padrões, conceitos e teorias relevantes. Para garantir validade e confiabilidade, o questionário foi submetido a pré-teste com cinco professores, permitindo ajustes de clareza e pertinência das perguntas.

Além disso, a pesquisa observou rigorosamente princípios éticos, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato, o consentimento informado e a liberdade dos participantes em se retirar do estudo a qualquer momento, sem prejuízos. Essas precauções asseguraram que os dados obtidos refletissem de maneira segura e ética as experiências reais dos professores, contribuindo para a compreensão aprofundada da complexa relação entre violência escolar e saúde mental docente.

4. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos revelam um retrato contundente da realidade docente, marcado por tensões emocionais, sobrecarga de trabalho e vivências de violência escolar que ressoam como ecos perturbadores no cotidiano pedagógico. Ao observar o perfil dos participantes (Tabela 1), destaca-se que a maioria atua no Ensino Fundamental II (55,3%) e no Ensino Médio (66%), segmentos reconhecidamente mais complexos em termos de demandas cognitivas e relacionais. Além disso, nota-se que quase três quartos dos respondentes pertencem à rede pública estadual (73,8%), contexto em que, segundo Assunção e Oliveira (2009), a precarização estrutural e a multiplicidade de tarefas tendem a intensificar o desgaste emocional dos docentes.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes

Faixa etária	**Percentual**
Até 25 anos	1%
26 a 35 anos	33%

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

36 a 45 anos	25,3%
46 a 55 anos	32%
Acima de 55 anos	8,7%
Total	100%
Gênero	**Percentual**
Feminino	67%
Masculino	33%
Estado em que atua	**Percentual**
GO	94,2%
MG	1,9%
DF	2,9%
CE	1%
Total	100%
Area de atuação	**Percentual**
Educação Infantil	17,5%
Ensino Fundamental I	7,8%
Ensino Fundamental II	55,3%
Ensino Médio	66%
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	3,9%
Ensino Superior	1%
Rede de ensino em que atua	**Percentual**
Pública Municipal	24,3%
Pública Estadual	73,8%
Particular	1,9%
Total	100%
Tempo de atuação	**Percentual**
Menos de 5 anos	22,3%
De 5 a 10 anos	23,3%
De 11 a 20 anos	27,2%
Mais de 20 anos	27,2%
Total	100%

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa nesta questão; por isso, a soma de algumas das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Esse perfil não é aleatório, ele espelha uma realidade histórica, na qual o ensino básico público concentra os maiores desafios sociais e pedagógicos. Professores que atuam nesse segmento lidam diariamente com turmas numerosas, carência de recursos e forte pressão por resultados. A literatura mostra que tais condições favorecem a sensação de impotência profissional (LEITE; SOUZA, 2011), o que explica por que esses educadores relatam índices elevados de cansaço e sofrimento emocional. Aqui, já se desenha o prenúncio de uma engrenagem que se retroalimenta, ou seja, quanto mais precária a estrutura, maior a sobrecarga, e quanto maior a sobrecarga, mais frágeis se tornam os vínculos com a profissão.

A análise da saúde mental (Tabela 2) evidencia um quadro alarmante, visto que, 48,5% dos respondentes afirmam sentir-se frequentemente sobrecarregados e 37,9% relatam vivenciar esse estado de forma permanente. Esses números dialogam diretamente com o conceito de burnout descrito por Maslach e Jackson (1981), caracterizado pela exaustão emocional e pela sensação de ineficácia, condição hoje reconhecida pela OMS como fenômeno ocupacional.

Tabela 2 - Saúde mental do professor

Frequência de sobrecarga da profissão	**Percentual**
Raramente	0%
Às vezes	13,6%
Frequentemente	48,5%
Sempre	37,9%
Total	100%
Fatores que impactam a saúde mental na docência	**Percentual**
Excesso de trabalho/burocracia	76,7%
Indisciplina em sala de aula	67%
Baixa valorização profissional	42,7%
Falta de apoio institucional	28,2%

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Salário insuficiente	26,2%
Pressão por resultados	67%
Relação difícil com pais/responsáveis	20,4%
Recebeu apoio institucional à saúde mental?	**Percentual**
Sim	15,5%
Não	84,5%
Total	100%
Avaliação do apoio recebido	**Percentual**
Muito eficaz	18,8%
Parcialmente eficaz	12,5%
Pouco eficaz	18,8%
Ineficaz	50%
Total	100%

Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa nesta questão; por isso, a soma de algumas das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Tais dados merecem atenção especial, pois a sobrecarga não é apenas um excesso de trabalho, mas uma vivência de “peso existencial”, que afeta a maneira como o professor enxerga a si mesmo e sua prática. A literatura mostra que, quando o esgotamento se cronifica, surgem não apenas afastamentos médicos, mas também um desencanto progressivo com a docência (ESTEVE, 1999; CARLOTTO; CÂMARA, 2007). Assim, não se trata de números frios, mas de corpos e mentes que se desgastam no silêncio das salas de aula.

Entre os fatores mais citados como gatilhos para o sofrimento docente estão o excesso de burocracia (76,7%) e a indisciplina em sala (67%). A pressão por resultados também foi lembrada por 67% dos respondentes (Tabela 2). Esses achados refletem o pensamento de Dal’Ben e Silva (2021), que compreendem a indisciplina como um fator estressor permanente, e Assunção e Oliveira (2009), que apontam a burocratização da profissão como um mecanismo de esvaziamento da autonomia pedagógica.

A interpretação desses resultados sugere que o professor, cada vez mais, se vê capturado por uma rede de exigências que extrapolam sua função principal,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

ensinar. É como se estivesse diante de um palco em que precisa, simultaneamente, ser ator, diretor, iluminador e cenógrafo, mas sem tempo nem condições para preparar a peça. Esse acúmulo corrói a identidade profissional e alimenta o chamado mal-estar docente (ESTEVE, 1999), que, mais do que uma experiência individual, é expressão de uma crise coletiva da educação.

Outro dado revelador apresentado na Tabela 2, é a baixa percepção de apoio institucional, 84,5% afirmaram nunca ter recebido suporte voltado à saúde mental. Entre os poucos que tiveram acesso, metade considerou a medida ineficaz.

Esse vazio institucional confirma análises como a de Souza e Paiva (2021), que mostram como a ausência de suporte psicológico institucional naturaliza o sofrimento como parte da profissão, transformando-o quase em “condição de ofício”. É nesse ponto que a docência se aproxima de uma metáfora de resistência silenciosa: o professor, mesmo ferido, insiste em seguir, ainda que carregue cicatrizes emocionais. Essa negligência institucional reforça a ideia de que o problema é individual, quando, na verdade, se trata de um adoecimento coletivo, atravessado por estruturas sociais e políticas.

Em relação a violência escolar, a pesquisa revelou que 83,5% dos participantes já presenciaram ou sofreram algum tipo de agressão, sendo a verbal a mais recorrente (80%). O bullying entre alunos também foi mencionado (62%), bem como o desrespeito de pais ou responsáveis (49%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Violência escolar e implicações

Presenciou ou sofreu violência escolar?	**Percentual**
Sim	83,5%
Não	16,5%
Total	100%
Violência escolar presenciada/sofrida	**Percentual**
Agressão verbal (xingamentos, ameaças)	80%
Agressão física	16%
Bullying entre alunos	62%
Cyberbullying	12%
Desrespeito/ameaça de pais/responsáveis	49%

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Impacto da violência escolar na saúde mental	**Percentual**
Não sinto impacto significativo	4,9%
Geração de estresse e ansiedade	34%
Desmotivação profissional	30,1%
Medo/insegurança em exercer a função	15,5%
Desejo de mudar de escola/profissão	15,5%
Total	100%
Apoio da escola em casos de violência	**Percentual**
Sim	11,7%
Parcialmente	42,7%
Não	45,6%
Total	100%
Medidas eficazes contra violência escolar	**Percentual**
Maior apoio da gestão escolar	34%
Equipe multidisciplinar	68%
Formação continuada	19,4%
Reforço de medidas disciplinares	54,4%
Maior envolvimento da família	61,2%
Ações de conscientização e prevenção	45,6%

Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa nesta questão; por isso, a soma de algumas das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Esse quadro é espantoso e confirma o que Abramovay (2021) chama de “espelhamento das tensões sociais no espaço escolar”. A escola, em vez de ser apenas lugar de aprendizagem, torna-se também palco de conflitos sociais que se infiltram em cada esquina do cotidiano pedagógico. A violência verbal, embora muitas vezes minimizada, carrega um poder devastador: mina a autoestima e corrói, pouco a pouco, o sentido de pertencimento ao espaço escolar (DEBARBIEUX, 2006). Já a violência praticada por pais revela uma ruptura ainda mais grave, a de que a autoridade docente não é apenas contestada, mas publicamente deslegitimada, fragilizando o vínculo escola-família.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Os impactos emocionais dessa violência aparecem de forma clara na Tabela 3, visto que, 34% relatam estresse e ansiedade, 30,1% desmotivação profissional e 15,5% medo de exercer a função. Simone e Cardoso (2021) encontraram resultados semelhantes ao constatar que professores que sofreram violência escolar apresentaram níveis significativamente mais altos de burnout.

Esses números sugerem que a violência não é apenas um fator isolado, mas parte de um ciclo perverso: ela alimenta o adoecimento mental, que por sua vez fragiliza a capacidade do professor de gerir conflitos, abrindo espaço para novas violências. É como um fogo que, em vez de ser contido, encontra sempre lenha nova para arder.

Quando questionados sobre medidas eficazes, 68% dos docentes defenderam a presença de equipes multidisciplinares, 61,2% pediram maior envolvimento das famílias e 54,4% sugeriram reforço das medidas disciplinares.

Essas respostas revelam uma consciência coletiva, os professores sabem que não podem enfrentar a violência sozinhos. Como defendem Cordova et al. (2019), redes de apoio interpessoais e institucionais funcionam como amortecedores emocionais diante do desgaste. A presença de psicólogos, assistentes sociais e gestores atuantes é vista como forma de reconstruir o tecido esgarçado da vida escolar. Aqui, o que se ouve é quase um clamor: o professor não pede apenas reconhecimento, mas parceiros de caminhada.

Outro aspecto importante foi a percepção da relação entre saúde mental e enfrentamento da violência, 80,6% dos respondentes afirmam que a boa saúde mental influencia totalmente essa capacidade, e 94,2% reconhecem que a violência escolar contribui muito para o adoecimento psíquico (Tabela 4).

Tabela 4 - Reflexão Guiada

Saúde mental influencia no enfrentamento da violência?	**Percentual**
Sim, totalmente	80,6%

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

Sim, em parte	17,5%
Não tenho opinião formada	1,9%
Não, não influencia	0%
Total	100%

Violência escolar contribui para adoecimento mental?	**Percentual**
Contribui muito	94,2%
Contribui de forma moderada	5,8%
Contribui pouco	0%
Não contribui	0%
Total	100%

Valorização do professor x redução da violência escolar	**Percentual**
Relação muito forte – professores valorizados têm mais condições de lidar com a violência	48,5%
Relação moderada – a valorização ajuda, mas não é determinante	42,7%
Relação fraca – a valorização pouco interfere	2,9%
Não existe relação	5,8%
Total	100%

Políticas públicas para saúde mental docente	**Percentual**
Investimento em apoio psicológico e bem-estar docente	34%
Fortalecimento da disciplina e segurança no ambiente escolar	43,7%
Programas de mediação de conflitos e cultura de paz	11,7%
Aumento da valorização salarial e profissional	10,7%
Total	100%

Essa correlação direta confirma Ribeiro et al. (2023), que apontam maior prevalência de ansiedade e depressão entre docentes que sofreram violência. Trata-se de um ciclo vicioso em que a violência adoece e o adoecimento fragiliza,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

perpetuando a vulnerabilidade. A imagem que emerge é a de um castelo cercado: ao mesmo tempo em que os muros se desmoronam por fora (violência), as estruturas internas se fragilizam por dentro (adoecimento).

Os professores foram incisivos ao relacionar valorização profissional e enfrentamento da violência, 48,5% percebem uma relação muito forte entre esses fatores. Para Esteve (1999), a desvalorização social da profissão é um dos motores do mal-estar docente, alimentando frustração e desencanto. Assim, quando os participantes sugerem como políticas públicas prioritárias o fortalecimento da segurança escolar (43,7%) e investimentos em apoio psicológico (34%), não estão apenas elencando medidas técnicas, mas expressando um grito coletivo por reconhecimento, cuidado e dignidade.

Em síntese, os resultados deste estudo desenham um cenário de vulnerabilidade, mas também de resistência. Mostram professores que, apesar das cicatrizes emocionais, reconhecem caminhos possíveis, redes de apoio, gestão escolar ativa, maior envolvimento da família para reconstruir o tecido frágil da vida escolar. Mais que números, esses dados falam de vozes, clamores e esperanças de profissionais que, mesmo exaustos, continuam a carregar o fardo invisível da educação.

5. Conclusão

Os resultados desta investigação evidenciam, de forma evidente, que a saúde mental dos professores está profundamente entrelaçada às condições estruturais da escola e às manifestações de violência que permeiam o cotidiano docente. Longe de ser um problema individual, trata-se de um fenômeno coletivo, que revela não apenas o desgaste subjetivo dos educadores, mas também as fragilidades de um sistema educacional que pouco protege aqueles que nele sustentam sua espinha dorsal.

A sobrecarga de trabalho, a burocratização excessiva e a indisciplina emergem como fatores recorrentes de sofrimento, sinalizando que a docência contemporânea se converteu em uma atividade atravessada por demandas múltiplas e contraditórias, que corroem o tempo, a energia e o sentido de realização

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

profissional. A violência escolar, por sua vez, não aparece como evento isolado, mas como parte de um ciclo perverso, ela adoece, fragiliza e deslegitima, ampliando os riscos de burnout, ansiedade e depressão. Nesse cenário, a ausência de apoio institucional agrava ainda mais o quadro, empurrando os professores para o enfrentamento solitário de dores que deveriam ser coletivas.

Entretanto, os achados também apontam para caminhos possíveis. Os docentes sinalizam, com clareza, que a valorização profissional, a criação de redes de apoio multidisciplinar e o fortalecimento da relação com as famílias são medidas fundamentais para mitigar a violência e restaurar o equilíbrio emocional no espaço escolar. Esse desejo revela que, apesar do desgaste, ainda pulsa nos professores uma força de resistência e esperança, como quem insiste em semear em solo árido, acreditando que a colheita pode ser diferente.

Assim, conclui-se que o enfrentamento da violência escolar e a promoção da saúde mental docente exigem políticas públicas integradas, que articulem valorização, proteção e cuidado. Mais do que uma questão de saúde ocupacional, trata-se de uma pauta social e ética: cuidar da saúde mental dos professores é, em última instância, cuidar da qualidade da educação e do futuro de uma geração inteira. Ignorar esse chamado é perpetuar um ciclo de adoecimento; acolhê-lo, por outro lado, é dar voz ao professor que, mesmo cansado, segue sendo a chama que ilumina o caminho da aprendizagem.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Violências nas escolas**. 2. ed. Brasília: FLACSO Brasil, 2021. Disponível em: https://biblioteca.flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas_edicao2.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 153-160, 2006.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

CHOI, J.; FAUCHER, E.; NEWNAM, M.; HAN, S. Student-to-teacher victimization and its negative impact on teaching approaches: applying propensity score matching. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 39, n. 21-22, p. 4387-4414, 2024.

CONCEIÇÃO, Sumara Maria Lima da et al. **Depressão e ansiedade no contexto escolar: reflexão sobre a saúde mental dos estudantes das escolas públicas no município de Bragança-PA**. 2023.

CORDOVA, F.; BERLANDA, S.; PEDRAZZA, M.; FRAIZZOLI, M. Violence at school and the well-being of teachers. The importance of positive relationships. **Frontiers in Psychology**, v. 10, p. 1807, 2019.

COSTA, V. L. M. Impactos da violência escolar em Fortaleza: uma análise da saúde mental de professores diante dos desafios do ambiente escolar. **Dux Educare**, 2024. Disponível em: https://www.duxeducare.com.br/wp-content/uploads/2024/12/IMPACTOS-DA-VIOLENCIA-ESCOLAR-EM-FORTALEZA-UMA-ANALISE-DA-SAUDE-MENTAL-DE-PROFESSORES-DIANTE-DOS-DESAFIOS-DO-AMBIENTE-ESCOLAR.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

CRESWELL, John W. **Investigação de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAL BEN, Mariana; SILVA, Daniel Augusto da. O fenômeno do estresse em professores do Ensino Fundamental: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e24710212589, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12589. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/12589. Acesso em: 31 ago. 2025.

DAY, Christopher. **Developing teachers: The challenges of lifelong learning**. London: Falmer Press, 2002.

DEBARBIEUX, Éric. **Violência nas escolas: um desafio mundial?**. Tradução de Maria Helena Kühner. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. São Paulo: Porto Editora, 2002.

FERRAZ, R. D. C. S. N.; RISTUM, M. A violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem. **Psicologia da Educação**, n. 34, p. 104-126, 2012.

FERNANDES, F. E. C. V.; SILVA, A. Repercussões da violência na comunidade escolar sobre a saúde mental dos professores da educação básica e estratégias para o seu enfrentamento. **Travessias**, v. 17, n. 1, p. 4, 2023.

KYRIACOU, Chris. Teacher stress: directions for future research. **Educational Review**, v. 53, n. 1, p. 27-35, 2001.

MACHADO, Eduardo Henrique de Souza. Violência simbólica e suas ramificações na educação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, 2024. DOI: 10.12957/riae.2024.82441.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behavior**, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

MANSUR, T. S.; PORTUGAL, F. B. Bullying e saúde mental de estudantes do ensino fundamental e médio: revisão da literatura. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 27, supl. 1, p. 164-174, 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a prática docente: os desafios da violência escolar. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-17, 2020.

OLIVEIRA, Emanuelle F.; SANTOS, Andréa R. Trabalho docente e saúde mental: reflexões a partir do contexto latino-americano. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 495-511, 2020.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: what we know and what we can do**. Oxford: Blackwell, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Burn-out an "occupational phenomenon": International Classification of Diseases**. Geneva: OMS, 2019. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/evidence/burn-out/en/. Acesso em: 3 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Mental health at the workplace**. Geneva: OMS, 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-at-worke. Acesso em: 3 set. 2025.

RIBEIRO, V. B. et al. Alteração do estado emocional de professores da educação básica brasileira. **Revista Psicopedagogia**, v. 40, n. 121, p. 28-37, 2023.

SILVA, Jefferson Peixoto da; FISCHER, Frida Marina. O perfil das publicações sobre condições de trabalho e saúde dos professores: um aporte para (re)pensar a literatura. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 4, e210070, 2021. DOI: 10.1590/S0104-12902021210070. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210070. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, M. E. D. **Violência escolar: perspectivas docentes**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape-PB.

SILVA, Nilce da. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. **EccoS – Revista Científica**, v. 3, n. 1, p. 190-192, 2001.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/bb8vgr42

SIMÕES, E. C.; CARDOSO, M. R. A. Violence against public school teachers and burnout. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1039-1048, 2022.

SOUZA, Eliane; PAIVA, Fabiana. Saúde mental de professores da educação básica: sobrecarga e precarização do trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-18, 2021.

WINDING, T. N.; AUST, B.; ANDERSEN, L. P. S. The association between pupils aggressive behaviour and burnout among Danish school teachers – the role of stress and social support at work. **BMC Public Health**, v. 22, n. 1, p. 316, 2022.